Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes sob a marca Heringer, desde 1968.

A Companhia atua ainda com operações de transportes rodoviários e prestação de serviços através de sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A. ("Logfert").

A Companhia possui atualmente 20 unidades de mistura, distribuídas nas regiões sudeste, centro oeste, sul e nordeste do Brasil, e 3 escritórios comerciais situados nas cidades de Luiz Eduardo Magalhães, Estado da Bahia, Maringá, Estado do Paraná, e Santos, Estado de São Paulo, e 1 armazém no porto em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Ressaltando ainda que, em Paranaguá, Estado do Paraná, além de uma unidade de mistura acima incluída, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").

A Companhia, em 4 de janeiro de 2012, adquiriu a totalidade das quotas da sociedade Maxifértil Fertilizantes Ltda. ("Maxifértil"). A Maxifértil está instalada no município de Porto Alegre – RS e seu parque fabril tem capacidade produtiva nominal de 30.000 toneladas por mês, capacidade semelhante à da filial de Porto Alegre que operava em fábrica alugada e encerrou suas atividades, passando a produção desta para a unidade industrial adquirida. Posteriormente, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, a Maxifértil foi incorporada pela Companhia (vide Nota 4).

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no mercado de bolsa, admitidas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA (FHER3).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de março de 2013.

# 2 Políticas contábeis

## 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.1 Base de preparação--Continuação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia somente diferem das práticas do IFRS no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Além disso, a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado — DVA em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A partir de 1º de janeiro de 2012, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 12 Impostos de Renda (Revisão); IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) e IFRS 7 Instrumentos financeiros — Divulgação. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

## (a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. ("controladora") e sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A. ("controlada").

Conforme comentado na Nota 4, em 04 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Maxifértil. A data base da aquisição foi 31 de dezembro de 2011. Posteriormente, em 29 de junho de 2012, a Maxifértil foi incorporada pela Companhia. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o resultado do período de cinco meses findo em 31 de maio de 2012 (data base da incorporação da Maxifértil).

Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

Os exercícios sociais da controlada são coincidentes com o da Companhia, e as demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

#### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### (c) Ativos financeiros

#### (i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

#### (ii) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- (c) Ativos financeiros--Continuação
- (ii) Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

#### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### (iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

#### (iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- (c) Ativos financeiros--Continuação
- (v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (vi) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- (c) Ativos financeiros--Continuação
- (vi) Impairment de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

## (c) Ativos financeiros--Continuação

#### (vii) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 11.

#### (d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes (Nota 6). A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### (e) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

Custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matériasprimas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e custos estimados necessários para a realização da venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

#### (f) Investimento em controlada

O investimento em empresa controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a controladora e sua controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.3 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

## (f) Investimento em controlada--Continuação

A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração no resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à controladora.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

#### (g) Bens destinados a venda

Os bens destinados a venda são classificados no ativo não circulante. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

#### (h) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem principalmente fábricas e escritórios.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

## (h) Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano	
_	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 2 a 20	2,4
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 5 a 50	14,7
Móveis e utensílios	De 10 a 25	11,8
Veículos	De 20 a 25	20,8
Hardware	De 10 a 25	20,2

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### (i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### (i) Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### (j) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

# (j) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## (k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### (I) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### (m) Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

#### (n) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (1) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (2) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controlada, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

## (n) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: (1) quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (2) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em controlada, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### (n) Impostos--Continuação

Imposto sobre vendas de produtos e prestação de serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (1) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (2) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (3) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### (o) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

#### (p) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

## (p) Capital social--Continuação

Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos dos impostos, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

## (q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

As vendas são realizadas com pagamentos à vista ou à prazo. Existem ainda vendas realizadas por meio de um programa de "vendor", financiadas através de bancos, que assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### (q) Reconhecimento de receita--Continuação

Prestação de serviços de transportes

A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### (r) Custo dos produtos vendidos

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica custo de produtos vendidos, no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros pré-estabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados ao custo dos produtos vendidos quando da venda dos mesmos. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### (s) Operações de "vendor"

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador, as quais assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano), efetuadas com seus clientes preferenciais. Essas transações estão apresentadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para "impairment".

## (t) Incentivos fiscais

Redução de ICMS: o benefício fiscal decorre do deferimento concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais (Nota 21). O programa, originalmente, tinha a duração de dez anos, sendo que em 2013 foi renovado de forma a durar mais 5 anos, totalizando, assim 15 anos, com vencimento em 26 de setembro de 2018.

Redução do imposto de renda a recolher: A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda a recolher obtido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. O benefício, que é determinado com base no lucro da exploração, foi originalmente concedido em março de 2006, por um período de 10 anos e abrangia a unidade localizada em Rosário do Catete-SE. A partir de 2012 o benefício foi estendido também para a unidade de Camaçari-BA. Para a filial de Sergipe o benefício tem duração garantida até 2015, e para a de filial Camaçari, na Bahia, o benefício tem duração garantida até 2020, por força do artigo 1º da Medida Provisória número 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais (Nota 21).

#### (u) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### (u) Arrendamentos mercantis--Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### (v) Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### Transações e saldos

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como "Variação cambial, líquida" (Nota 26).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### (w) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, nas pessoas de seu presidente, CEO da Companhia e membro do Conselho e demais membros independentes responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

## (x) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP – Financiamentos de importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

#### 2.3 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

 IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados ao resultado em certo período no futuro deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, porém não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

- 2.3 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012-Continuação
  - IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

 IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

 IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

# 2.3 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012-Continuação

• IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1--Continuação

A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

 IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

# 2.3 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012-Continuação

 IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos

O IFRS 11 substitui o IAS 31, Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13, Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entra em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

# 2.3 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012-Continuação

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impactos na adoção dessa norma.

 IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (stripping costs) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá impactos sobre as demonstrações financeiras daCompanhia.

Melhorias Anuais - maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá re-adotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for re-adotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.
- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 2 Políticas contábeis--Continuação

# 2.3 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012-Continuação

Melhorias Anuais - maio 2012--Continuação

- IAS 16 Imobilizado esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.
- IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.
- IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias a revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **Estimativas e Premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são elencadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-Continuação

#### Estimativas e Premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

## Estimativas e Premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

# 4. Combinação de negócios

Conforme comentado no tópico "Informações Gerais", em 04 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da sociedade Maxifértil Fertilizantes Ltda.. A data base da aquisição foi 31 de dezembro de 2011. O Objetivo foi melhorar nossa operação fabril e comercial no Rio Grande do Sul em uma planta própria. A planta anterior era alugada. A aquisição foi contabilizada pelo método de custo.

O preço total de aquisição foi de R\$ 17.980. Desse montante, R\$ 4.000 foi pago em 31 de janeiro de 2012 e o saldo remanescente será pago até 2015, conforme cronograma de pagamento previsto no Contrato. Consequentemente, a Companhia calculou o ajuste a valor presente do passivo no montante de R\$ 2.459, o qual foi registrado em contrapartida do investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 4. Combinação de negócios--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos da Maxifértil na data de aquisição era como segue:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	106
Contas a receber de clientes	67
Estoques	751
Tributos a recuperar	1.162
Imobilizado	19.999
Outros ativos	166
Total do ativo	22.251
Fornecedores	(736)
Empréstimos e financiamentos	(1.476)
Impostos diferidos	(5.875)
Adiantamentos de clientes	(254)
Outros passivos	(1.286)
Total do passivo	(9.627)
Acervo líquido adquirido a valor justo	12.624
Ágio apurado na operação (Nota 17)	2.897
Preço total de compra a valor presente	15.521
Fluxo de saída de caixa na data de aquisição	
Preço total de compra a valor presente	15.521
Caixa líquido adquirido com a controlada	(106)
Fluxo de saída de caixa, líquido	15.415
Parcela a prazo registrada como demais contas a pagar na data de aquisição	(11.521)
Fluxo de saída de caixa na data de aquisição, líquido	3.894

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, em 1º de junho de 2012, a Maxifértil foi incorporada pela Companhia, baseada em laudo de avaliação do balanço patrimonial da controlada levantado em 31 de maio de 2012.

Abaixo, segue o efeito no fluxo de saída de caixa em 31 de dezembro de 2012:

Fluxo de saída de caixa na data da incorporação	
Preço total de compra a valor presente	15.521
Caixa líquido incorporado pela controladora	(1)
Fluxo de saída de caixa, líquido	15.520
Parcela a prazo registrada como demais contas a pagar em 31 de dezembro de 2012	(9.736)
Reversão do ajuste a valor presente até 31 de dezembro de 2012	1.096
Fluxo de saída de caixa em 31 de dezembro de 2012, líquido	6.880

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 5. Caixa e equivalentes de caixa

		Control	ladora
	Taxa média	2012	2011
Recursos disponíveis em banco e em caixa Aplicações financeiras		40.113	38.643
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	100,0 % do CDI	243.610	346.139
Debêntures – operações compromissadas (ii)	100,0 % do CDI	185.962	4.453
Outras aplicações		-	1.016
. ,		469.685	390.251
		Consol	idado
	Taxa média	2012	2011
Recursos disponíveis em banco e em caixa Aplicações financeiras		40.853	40.036
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	100,0 % do CDI	243.610	346.139
· ·			
Debêntures – operações compromissadas (ii)	100,0 % do CDI	185.962	4.453

(i) Representadas por quotas de fundo DI (Depósito Interbancário). Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, com liquidez imediata.

470.425

391.644

(ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

#### 6. Contas a receber de clientes

Controladora	
2012	2011
654.618	544.752
7.687	2.505
(8.646)	(5.268)
653.659	541.989
(12.034)	(24.214)
641.625	517.775
(639.499)	(517.670)
2.126	105
	2012 654.618 7.687 (8.646) 653.659 (12.034) 641.625 (639.499)

Em 31 de dezembro de 2012, o ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias com juros nominais das transações de 1% ao mês (1,2% em 31 de dezembro de 2011) através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do ajuste a valor presente é registrada no resultado do exercício, na rubrica despesa financeira.

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norteamericanos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 6. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 57.203 (R\$ 69.094 em 31 de dezembro de 2011) encontram-se vencidas, todavia, a Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo expectativa de perdas sobre esses valores, ou para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora	
	2012	2011
Até três meses	17.749	20.459
De três a seis meses	2.932	11.428
Mais de seis meses	36.522	37.207
	57.203	69.094

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 12.034 (R\$ 24.214 em 31 de dezembro de 2011), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	Controladora	
	2012	2011
De três a seis meses	306	9
Mais de seis meses	11.728	24.205
	12.034	24.214

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

Controladora	
2012	2011
24.214	41.451
(4.879)	7.023
(7.301)	(24.260)
12.034	24.214
	2012 24.214 (4.879) (7.301)

(i) Registradas na rubrica despesas com vendas, no resultado do exercício.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 7. Estoques

	Controladora	
	2012	2011
Matérias primas e embalagens	639.358	479.902
Importações em andamento	191.702	161.662
Adiantamentos a fornecedores	12.406	14.412
Almoxarifado	10.049	8.776
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(1.586)	(2.620)
	851.929	662.132

 <sup>(</sup>i) Refere-se a provisão para resíduos de matérias primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as movimentações da provisão para ajuste a valor de mercado foram como segue:

	2012	2011
Saldo inicial	2.620	1.335
Constituição da provisão (i)	1.587	2.620
Utilização da provisão	(2.621)	(1.335)
Saldo final	1.586	2.620

<sup>(</sup>i) Registradas na rubrica custo dos produtos vendidos e serviços prestados, no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2011, alguns itens de estoques, que somam o valor de R\$ 9.379, estavam dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2012, não existem itens de estoques dados em garantia.

# 8. Tributos a recuperar

	Controladora	
	2012	2011
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	166.792	121.002
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	82.604	65.647
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (ii)	(11)	(32)
Programa de integração social – PIS	32.926	21.535
IRRF sobre aplicações financeiras	3.347	13.278
	285.658	221.430
Circulante	(148.121)	(125.735)
Não circulante (iii)	137.537	95.695

(i) Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$ 21.909, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e março de 2010, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 8. Tributos a recuperar--Continuação

- (ii) Serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2012 aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$ 5.761, e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto às autoridades estaduais de São Paulo no montante de R\$ 14.849, de Minas Gerais no montante R\$ 17.683 e da Bahia no montante de R\$ 9.543. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía créditos de ICMS negociados para venda a terceiros com provisão para deságio no montante de R\$11 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2011).
- (iii) Refere-se basicamente aos créditos de PIS e da COFINS, cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2014 a 2016.

#### 9. Outros ativos

	Controladora	
	2012	2011
Bonificações de compras (i)	43.279	13.218
Adiantamento a fornecedores	10.988	3.918
Rateios de importações (ii)	2.234	1.594
Adiantamentos a funcionários	1.345	1.471
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros	5.644	7.909
Contas a receber de parte relacionada (Nota 12.a)	1.953	376
Prêmios de seguros a apropriar	1.279	1.445
Comissões sobre adiantamento de clientes	1.490	1.065
Outros	2.104	256
	70.316	31.252

- (i) Refere-se a bonificações sobre compra de matéria prima no curso normal das operações da Companhia.
- (ii) Refere-se às contas a receber de outras empresas de fertilizantes por conta de importações compartilhadas.

# 10. Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		
	2012	2011	
Imposto de renda a recuperar (i)	34.702	92.696	
Contribuição social a recuperar (i)	5.057	7.057	
	39.759	99.753	

(i) Em 13 de janeiro de 2012, a Companhia obteve a restituição de créditos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 79.712, cujo pedido de restituição tinha sido protocolado junto à Receita Federal do Brasil em 9 de abril de 2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### (b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	Controladora		
	2012	2011	
Ativo:			
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social Diferenças temporárias:	62.212	54.098	
Provisão para comissões sobre vendas	3.518	2.828	
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	1.082	1.552	
Provisão para contingências	509	597	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	927	192	
Ajuste a valor presente	4.469	2.998	
Provisão para ajuste ao valor de mercado	539	891	
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	224	210	
Perda não realizada com instrumentos financeiros	8.393	=	
Outras diferenças temporárias	1.208	552	
	83.081	63.918	
Passivo:			
Ganho não realizado com instrumentos financeiros	=	(8.048)	
Ajuste a valor presente	(9.359)	(4.031)	
Imobilizado – custo atribuído (1)	(29.071)	(24.057)	
Imobilizado – revisão da vida útil (2)	(4.549)	(3.083)	
Outras	(2.373)	(2.490)	
<del>-</del>	(45.352)	(41.709)	
Líquido	37.729	22.209	

- (1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.
- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerada após revisão da vida útil-econômica dos bens.

Baseada em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

2012
17.306
17.810
19.968
20.762
7.235
83.081

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### (b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos--Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Os ativos e passivos diferidos de diferenças temporárias entre o resultado contábil e o tributário são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a ser concretizada quando do efetivo pagamento das referidas provisões, momento em que as mesmas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

#### (c) Conciliação da despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		
	2012	2011	
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal dos tributos	(7.958) 34%	95.093 34%	
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:	2.706	(32.332)	
Benefícios fiscais e subvenções	4.004	2.955	
Aplicação do Parecer Normativo 01/11 retroativo a 2010	-	(817)	
Resultado da equivalência patrimonial	(898)	127	
Baixas definitivas de duplicatas incobráveis	(84)	(940)	
Outras	(237)	(196)	
	5.492	(31.203)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios:			
Corrente	(16.104)	(6.941)	
Diferido	21.596	(24.262)	
	5.492	(31.203)	
Alíquota efetiva dos tributos	69%	33%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### (d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Controladora		
-	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2011	77.162	(29.858)	47.304
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo		550	550
imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	- (0.40=)	559	559
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre a compensação de prejuízo fiscal e base	(9.165)	(12.410)	(21.576)
negativa de contribuição social com lucro tributável do exercício	(4.078)	-	(4.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.918	(41.709)	22.209
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo			
imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Saldo de tributos diferidos registrado na Maxiféril na data base de	-	674	674
incorporação		(5.688)	(5.688)
	11.049	1.371	12.420
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	11.049	1.371	12.420
contribuição social gerado no exercício (1)	15.627	-	15.627
Efeito tributário sobre a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com lucro tributável do exercício (2)	(7.513)	-	(7.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	83.081	(45.352)	37.729

<sup>(1)</sup> Refere-se aos tributos diferidos reconhecidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurado no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2012 (data de incorporação da Maxifértil).

#### 11. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "swaps" são resumidos a seguir:

	Valor de referência (nocional)		Valor iusto		Curva do instrumento		Ganhos (perdas) incorridos no exercício	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Posição ativa Moeda estrangeira	1.121.538	403.520	1.119.041	405.721	1.121.503	404.762	64.630	98.654
Posição passiva Índice – CDI Total	1.121.538	(403.520)	(1.143.725) (24.684)	(382.052) 23.669	(1.143.725) (22.222)	(382.052) 22.710	(67.320) (2.690)	(35.191) 63.463

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 27).

<sup>(2)</sup> Refere-se aos tributos diferidos sobre compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com o lucro tributável gerado no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 11. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

#### (a) Descrição dos contratos

Os contratos de "swap" são realizados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o Real. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha "swaps" de moeda no valor nominal total de R\$ 1.121.538 (R\$ 403.520 em 31 de dezembro de 2011), com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. Nesses "swaps", a Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norte-americano menos 0,03% ao ano e é responsável por pagar 100% do CDI.

#### (b) Vencimento dos contratos de "swap"

Em 31 de dezembro de 2012, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Em milhares de dólares americanos (US\$)
Em 1 mês	131.587
De 1 a 2 meses	75.686
De 3 a 4 meses	341.559

#### (c) Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos

Os contratos de *swap* são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na database, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na BM&FBOVESPA.

#### (d) Contratos sujeitos a chamada de margem

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía contratos com essas características.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

#### 12. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende, que juntos detém 67,76% das ações da Companhia. Os 32,24% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

# (a) <u>Transações e saldos</u>

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Contas a receber (i)				
Dalton Dias Heringer	1.051	148	1.051	148
_	1.051	148	1.051	148
Outras contas a receber (Nota 9)				
Dalton Dias Heringer (ii)	400	355	400	355
Logfert Transportes S.A.	1.553	21	-	-
	1.953	376	400	355
	3.004	524	1.451	503
Passivo				
Fornecedores nacionais				
Logfert Transportes S.A.	-	1.045	-	-
	-	1.045		-

- (i) Decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios.
- (ii) Decorrem de saldo remanescente de contrato firmado em 20 de dezembro de 2009, de compromisso de venda de uma propriedade rural, localizada no Estado de Tocantins, com o grupo controlador, no montante de R\$ 3.200. O preço contratado está baseado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 12. Partes relacionadas--Continuação

# (a) Transações e saldos--Continuação

Controladora		Conso	lidado
2012	2011	2012	2011
1.136	484	1.136	484
3.156	-	3.156	-
4.292	484	4.292	484
(2.158)	(403)	(2.158)	(403)
(2.826)	· ,	(2.826)	· ,
(3.625)	-	-	-
(8.609)	(403)	(4.984)	(403)
44.232	53.748	=	-
44.232			_
18	16	18	16
18	16	18	16
497	163	497	163
497	163	497	163
	2012  1.136 3.156 4.292  (2.158) (2.826) (3.625) (8.609)  44.232  44.232  18 18	2012         2011           1.136         484           3.156         -           4.292         484           (2.158)         (403)           (2.826)         -           (3.625)         -           (8.609)         (403)           44.232         53.748           44.232         53.748           18         16           18         16           497         163	2012         2011         2012           1.136         484         1.136           3.156         -         3.156           4.292         484         4.292           (2.158)         (403)         (2.158)           (2.826)         -         (2.826)           (3.625)         -         -           (8.609)         (403)         (4.984)           44.232         53.748         -           44.232         53.748         -           18         16         18           18         16         18           497         163         497

# (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	2012	2011
Salários e encargos	3.289	2.863
Honorários dos administradores	2.288	2.165
Participação nos lucros	175	158
Plano de previdência privada	186	-
Outros	89	65
	6.027	5.251

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. Conforme comentado na Nota 29, a Companhia implementou, em 2012, um plano de previdência privada que abrange todos os funcionários da Companhia, incluindo os diretores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 13. Depósitos judiciais

	Controladora		
	2012	2011	
Tributários	14.991	14.018	
Cíveis	2.480	1.263	
Previdenciários	3.359	2.220	
Trabalhistas	1.082	837	
	21.912	18.338	

#### 14. Bens destinados a venda

	Controladora e consolidado		
	2012	2011	
Propriedades rurais	3.930	4.377	
Terrenos e imóveis urbanos	271	305	
Máquinas, implementos e equipamentos agrícolas	64	120	
Veículos	50	18	
Animais vivos	84	-	
Provisão para ajuste a valor justo	(659)	(618)	
	3.740	4.202	

Referem-se a bens recebidos de clientes em dação em pagamento. A provisão para perdas na realização é registrada para os casos em que o valor recebido em dação em pagamento é superior ao valor esperado na realização.

#### 15. Investimentos

	Control	adora
	2012	2011
Em controlada		
Logfert Transportes S.A. ("Logfert")	7.689	8.984
Outros investimentos	17	14
	7.706	8.998

A Companhia possui participação integral na Logfert, cujo capital social, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, era de R\$ 9.335, correspondente a 933.533 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2012, a Logfert possuía patrimônio líquido de R\$ 7.877 (R\$ 8.984 em 31 de dezembro de 2011) e apurou prejuízo no exercício findo naquela data de R\$ 1.106 (R\$ 375 em 2011), que resultou em uma equivalência patrimonial reconhecida pela Companhia de R\$ 1.294 (R\$ 375 em 2011).

Conforme comentado na Nota 4, em 04 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a Maxifertil Fertilizantes Ltda., incorporada pela Companhia em 1º de junho de 2012. Da data de aquisição até a data de incorporação, a Maxifértil apurou prejuízo de R\$ 1.104, que resultou em uma equivalência patrimonial reconhecida pela Companhia de R\$ 1.346.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

#### 16. Imobilizado

						Controlad	lora				
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Móveis e utensílios	Vaíoulos	Hardware	Outros	Total em	Imobilizações em andamento	Adiantamento a fornecedor de ativo fixo	Total
Em 1º de janeiro de 2011	42.877	200.566	186.547	4.521	3.685	4.169	717	443.082	20.944	7.748	471.774
Aquisições	5.479	200.500	5.258	731	1.204	573	251	13.516	40.086	10.724	64.326
Baixas	(16)	(2.231)	(15.470)	(23)	(261)	(9)	(99)	(18.109)	(57)	10.724	(18.166)
Depreciação e amortização	(10)	(4.849)	(37.318)	(628)	(1.139)	(1.375)	(107)	(45.416)	(01)	_	(45.416)
Transferências	_	19.732	27.945	50	(1.100)	76	(107)	47.803	(40.022)	(7.781)	(40.410)
Em 31 de dezembro de 2011	48.340	213.238	166.962	4.651	3,489	3434	762	440.876	20.951	10.691	472.518
Incorporação da Maxifertil	8.376	6.358	4.032	51	35	29	25	18.906		-	18.906
Aguisições	-	-	4.547	934	1.514	1.363	540	8.898	23.990	15.906	48.794
Baixas	-	(354)	(2.872)	(40)	(319)	(30)	(119)	(3.734)	(360)	-	(4.094)
Depreciação e amortização	-	(5.341)	(35.298)	(716)	(1.198)	(1.361)	(145)	(44.059)	. ,	-	(44.059)
Transferências	1.732	`4.02Ś	`37.277	` 74	· -	295	` ′	43.403	(17.475)	(25.928)	` -
Em 31 de dezembro de 2012	58.448	217.926	174.648	4.954	3.521	3.730	1.063	464.290	27.106	669	492.065
Saldo em 31 de dezembro de 2011											
Custo	48.340	233.503	251.264	6.352	5.601	8.203	959	554.222	20.951	10.691	585.864
Depreciação e amortização		(20.265)	(84.302)	(1.701)	(2.112)	(4.769)	(197)	(113.346)	-	-	(113.346)
Valor residual líquido	48.340	213.238	166.962	4.651	3.489	3.434	762	440.876	20.951	10.691	472.518
Saldo em 31 de dezembro de 2012											
Custo	58.448	243.533	287.472	7.354	6.103	9.794	1.392	614.096	27.106	669	641.871
Depreciação e amortização		(25.607)	(112.824)	(2400)	(2.582)	(6.064)	(329)	(149.806)			(149.806)
Valor residual líquido	58.448	217.926	174.648	4.954	3.521	3.730	1.063	464.290	27.106	669	492.065

Em 31 de dezembro de 2012, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente a: (i) ampliação nas unidades de Paranaguá-PR; (ii) construção da unidade de Candeias-BA; (iii) aquisição de terreno na unidade de Rondonópolis-MT; (iv) ampliação da unidade de Rio Verde-GO; e (v) construção de equipamento de fabricação de produtos especiais em Rosário do Catete-SE. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$ 6.350. Tais compromissos serão cumpridos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 66.143 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 131.079 em 31 de dezembro de 2011), estão dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo líquido apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos ativos imobilizados da Controladora, os ativos imobilizados da Logfert no montante de R\$ 682 (R\$ 7.780 em 31 de dezembro de 2011).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 17. Intangível

	Controladora					
·	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio na aquisição da Maxifértil (Nota 4)	Total	
Em 1º de janeiro de 2011	2.852	8	3.225	-	6.085	
Aquisição	1.734	-	164	-	1.898	
Amortização	(1.379)	(6)	-	-	(1.385)	
Baixas	-	-	(1.446)	-	(1.446)	
Transferências	1.943	-	(1.943)	-	` -	
Em 31 de dezembro de 2011	5.150	2	-	-	5.152	
Aquisição	598	-	-	2.897	3.495	
Amortização	(996)	(2)	-	-	(998)	
Em 31 de dezembro de 2012	4.752	-	-	2.897	7.649	
Saldo em 31 de dezembro de 2011						
Custo total	16.393	34	-	-	16.427	
Amortização acumulada	(11.243)	(32)	-	-	(11.275)	
Valor residual líquido	5.150	2	-	-	5.152	
Saldo em 31 de dezembro de 2012						
Custo total	16.991	34	-	2.897	19.922	
Amortização acumulada	(12.239)	(34)	-		(12.273)	
Valor residual líquido	4.752	-	-	2.897	7.649	
Taxas anuais de amortização - %	20	20	_			

# 18. Fornecedores

	Controladora		
	2012	2011	
Contas a pagar no País	37.418	47.797	
Contas a pagar no exterior	952.763	794.763	
Ajuste a valor presente	(26.161)	(11.854)	
	964.020	830.706	

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados para cada compra, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 19. Empréstimos e financiamentos

		Controladora		
	Taxa de juros contratual (1)	Taxa de juros efetiva (1)	2012	2011
Financiamentos de importação (i) Fixo US\$ 488.636 mil (US\$ 339.900 mil em 31 de				
dezembro de 2011)	VC + 3.96% a.a.	VC +5.15% a. a.	998.527	637.584
Capital de giro (ii)		2, 222 2	-	17.895
Capital de giro (ii)	7,95 % a.a.	7,95% a.a.	7.615	7.668
Finame (iii)	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4.489	5.126
Operações de "vendor" (iv)	14,30% a.a.	14,30% a.a.	4.800	42.907
Operações de Credito Rural (iv)	5,90% a.a	5,90% a.a.	51.119	34.788
Outras obrigações Cédulas de crédito industrial -	VC+Libor+3,0% a.a	VC+Libor+3,0% a.a	6.127	13.321
BNDES (v)			-	2.879
Debêntures (vi)	DI + 4,5 % a.a.	DI + 5,19 % a.a.	158.609	241.458
			1.231.286	1.003.626
Circulante			(1.228.183)	(847.356)
Não circulante			3.103	156.270

<sup>(1)</sup> Taxas vigentes em 31 de dezembro de 2012.

Abaixo, segue detalhes dos indicadores mencionados na tabela acima:

- LIBOR (London Interbank Offered Rate) em 31 de dezembro de 2012 era de 0,50825% ao ano, repactuada semestralmente (0,8085 % ao ano em 31 de dezembro de 2011).
- TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) taxa de juros de longo prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário nacional e divulgada pelo Banco Central do Brasil e calculada tendo por parâmetros metas de inflação e prêmios de risco. Em 31 de dezembro de 2012, a TJLP era de 5,50% ao ano (6,00% ao ano em 31 de dezembro de 2011).
- URTJLP unidade de referência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social atualizada com base na TJLP.
- CDI corresponde à remuneração de depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2012 era de 6,90% ao ano (10,87 % ao ano em 31 de dezembro de 2011).

Abaixo, segue informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

# (i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a várias instituições financeiras para financiar a importação de matérias primas com taxa de juros contratual de 3,96% a.a. em 2012 contra 3,61% a.a. do ano de 2011. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias primas no exterior ou da data do desembolso da operação. Em 31 de dezembro de 2012, 14% do montante financiado estão garantidos por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

#### (ii) Capital de giro

Refere-se a operação de empréstimo com uma instituição financeira. Os vencimentos estão previstos para o segundo trimestre de 2013

#### (iii) FINAME

Cédula de Crédito Industrial com recursos originários de repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame ou BNDES.

	2012	2011
2012	-	641
2013	1.830	641
2014	443	641
2015 em diante	2.216	3.203
	4.489	5.126
	·	

#### (iv) Operações de "vendor" e crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para créditos de realização duvidosa. Do total de R\$ 51.119 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2012, R\$ 41.694 estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas correspondentes a 90% do valor financiado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### (v) Cédulas de crédito industrial BNDES

Em 31 de dezembro de 2012, não havia linhas de crédito industrial BNDES tomadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 foi liquidado em 2012.

#### (vi) Debêntures

Valor		31 de dezembro de 2012				
Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total
178	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	123.827	=	123.827
50	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	34.782	-	34.782
			· -	158.609	-	158.609
	178		QuantidadeEmissãonominal1781/8/20101.000	Quantidade         Emissão         nominal         Indexador           178         1/8/2010         1.000         DI + 4,5% a.a.	Quantidade         Emissão         nominal         Indexador         Circulante           178         1/8/2010         1.000         DI + 4,5% a.a.         123.827           50         1/8/2010         1.000         DI + 4,5% a.a.         34.782	Quantidade         Emissão         nominal         Indexador         Circulante         Não circulante           178         1/8/2010         1.000         DI + 4,5% a.a.         123.827         -           50         1/8/2010         1.000         DI + 4,5% a.a.         34.782         -

Valor 31 de dezembr		dezembro de 201	1				
Série	Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total
FHER11	178	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	69.992	118.514	188.506
FHER21	50	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	19.661	33.291	52.952
					89.653	151.805	241.458

A Companhia possui em circulação 228 debêntures, não conversíveis em ações, de emissão particular, com valor nominal de R\$ 1.000 cada e com encargos de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 4,50% ao ano, calculados *pro ratatemporis* desde a data de emissão até a data do vencimento.

Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da primeira parcela, dessa forma, restavam duas parcelas remanescentes de igual valor, a vencer em 01 de fevereiro de 2013 e 01 de fevereiro de 2014. No entanto, a administração decidiu pela liquidação antecipada da totalidade das debêntures em circulação, efetuando o pagamento das duas parcelas remanescentes no dia 01 de fevereiro de 2013. Dessa forma, a parcela vincenda em 2014 foi reclassificada para o circulante em dezembro de 2012.

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos seus controladores e garantia fidejussória dos acionistas controladores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

# (vi) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2012	2011
2012	-	847.356
2013	1.228.183	76.426
2014	785	76.641
2015	2.318	3.203
	1.231.286	1.003.626

# (vii) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo das debêntures, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 159.273 (R\$ 243.353 em 31 de dezembro de 2011). O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.

# (viii) Análise dos empréstimos e financiamentos por moeda

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	2012	2011
Reais	232.759	366.042
Dólares norte-americanos	998.527	637.584
	1.231.286	1.003.626

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 20. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão para contingências era composta como segue:

	Controladora e consolidado	
	2012	2011
Contingências de naturezas:		
Tributárias	331	162
(-) Depósitos judiciais	(178)	(171)
	153	(9)
Trabalhistas e previdenciárias	1.017	1.210
(-) Depósitos judiciais	(73)	(1.176)
	944	34
Cíveis	149	384
(-) Depósitos judiciais	(0)	(370)
	149	14
	1.246	39
Total		
Provisão para contingências	1.497	1.756
(-) depósitos judiciais	(251)	(1.717)
	1.246	39

# (i) Movimentação da provisão para contingências

	2012	2011
Saldo inicial	1.756	4.136
Adições	445	736
Reversões	(872)	(3.402)
Encargos e atualização monetária	168	286
Saldo final	1.497	1.756

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 20. Contingências -- Continuação

#### (ii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	Control	adora
	2012	2011
Tributárias e administrativas	54.405	40.236
Trabalhistas e previdenciárias	9.649	8.790
Cíveis e ambientais	63.788	4.068
	127.842	53.094

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS e ICMS no montante de R\$ 50.474 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 36.860 em 31 de dezembro de 2011), principalmente, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por exfuncionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

As ações cíveis e ambientais referem-se, substancialmente, à Ação Civil Pública de Paranaguá, onde se discute o licenciamento da unidade, e à Ação Civil Pública referente a excesso de peso entre eixos verificado no transporte dos produtos da Companhia, conforme comentado nos tópicos (iv) e (v) abaixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 20. Contingências -- Continuação

# (iii) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal, originário de decisão judicial transitada em julgado, na época há mais de dois anos, e com valor líquido definido nos autos. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do pólo ativo, decisão essa que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Com o trânsito em julgado, a Companhia passou a ser detentora inequívoca do crédito tributário, constando definitivamente como autora nos autos do processo, sem qualquer possibilidade de questionamento por parte da União em relação ao valor do indébito, bem como quanto à substituição de pólo.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui R\$ 131.087 de créditos tributários adquiridos reconhecidos no ativo não circulante, compostos por R\$ 129.846 dos créditos referidos acima e R\$ 1.241 de créditos reconhecidos em 2012, uma vez que a administração da Companhia tem a expectativa de receber o montante total dos créditos no prazo máximo de 10 anos, incluindo a sua atualização monetária – IPCA-E mais 1% ao mês.

Compensação de créditos tributários com tributos devidos e parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09

A partir da transferência do crédito e da substituição de pólo ativo, a Companhia iniciou a compensação do crédito tributário com tributos federais devidos no montante de R\$ 64.554, fazendo-a no período de janeiro a dezembro de 2003. Em 2005, com base em suposta vedação legal à compensação realizada, a Receita Federal do Brasil lavrou contra a companhia auto de infração desconsiderando a compensação efetuada.

Muito embora a administração da Companhia, amparada por seus advogados, entenda que a compensação dos tributos tenha sido realizada no amparo da Lei, a Companhia optou pela adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941/09 em razão dos benefícios e dos montantes envolvidos, tanto do passivo quanto dos créditos tributários adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 20. Contingências -- Continuação

(iii) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos--Continuação

Compensação de créditos tributários com tributos devidos e parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09--Continuação

Sendo assim, foi necessária a desistência da discussão administrativa e a renúncia à discussão judicial sobre a compensação realizada na época, aderindo a Companhia ao parcelamento e cujo valor atualizado, incluindo multa e juros, montava a R\$ 133.887 em 31 de dezembro de 2009. Com a adesão ao parcelamento, a Companhia obteve, em 2009, os seguintes benefícios: (i) redução da dívida no valor de R\$ 21.852, correspondente a parcela de multa e juros; e (ii) compensação de prejuízos fiscais no montante de R\$ 47.481. Assim, o saldo remanescente, correspondente ao valor principal de R\$ 64.554, compensado à época, foi objeto de parcelamento em 180 meses. Adicionalmente, foram cessados os efeitos de auto de infração que a Receita havia lavrado contra a Companhia, desconsiderando a compensação realizada.

O saldo atualizado do parcelamento a pagar supracitado, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 6.528 e R\$ 70.722, e está incluído no montante registrado na rubrica Tributos a recolher, no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

Créditos tributários adquiridos, processo de execução da sentença transitada em julgado e prazo de prescrição

Considerando a opção pelo parcelamento do débito objeto da compensação comentada, a Companhia retomará a satisfação de seus créditos tributários por via da ação de execução própria, cujo montante atualizado pelo critério estabelecido na sentença judicial, IPCA-E mais 1% ao mês, é de R\$ 169.836 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 154.961 em 31 de dezembro de 2011).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 20. Contingências -- Continuação

(iii) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos--Continuação

Créditos tributários adquiridos, processo de execução da sentença transitada em julgado e prazo de prescrição--Continuação

O reconhecimento nas demonstrações financeiras foi feito pelo custo de aquisição dos referidos créditos, acrescido pela atualização definida em sentença judicial, que em 31 de dezembro de 2012 monta a R\$ 129.846 (R\$ 115.823 em 31 de dezembro de 2011). O registro pelo custo de aquisição atualizado está fundamentado em entendimento exarado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através de seu oficio n° 379/07 de 5 de novembro de 2007, em resposta a consulta da Companhia de 8 de outubro de 2007. A diferença favorável em 31 de dezembro de 2012, entre o valor de face dos créditos e seu custo de aquisição atualizado, no montante de R\$ 39.990 (R\$ 39.137 em 31 de dezembro de 2011), será registrada nas demonstrações financeiras à medida que os créditos sejam realizados através do recebimento via precatório.

O recebimento dos créditos através de precatórios está amparado no fato de que o prazo prescricional de cinco anos para a execução da sentença iniciou-se em 8 de maio de 1998, quando transitou em julgado a sentença judicial, e se interrompeu em 1º de julho desse mesmo ano, quando teve início a ação de execução da sentença. Tal entendimento é confirmado pela avaliação dos advogados da Companhia e por julgados recentes, favoráveis à Companhia, de Agravos de instrumento Recurso Especial da Receita Federal do Brasil, que tratavam da questão de prescrição.

O julgamento recente do Recurso Especial antes citado, favorável à Companhia, confirma o entendimento de nossos advogados de que por conta da desistência da ação de execução para possibilitar a compensação, o prazo prescricional está interrompido considerando que tanto o processo de execução quanto o processo de compensação estão pendentes de julgamento final.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 20. Contingências--Continuação

# (iv) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá-PR

Em fevereiro de 2009, o Ministério Público Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontra-se na fase instrutória, aguardando a realização de perícia técnica. Adicionalmente, a Companhia foi notificada de diversas ações cíveis individuais pleiteando indenização por danos morais oriundos de supostos danos ambientais e das repercussões de tais danos na esfera pessoal de cada indivíduo.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda no que tange à solicitação nos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior. Das ações cíveis individuais acima mencionadas, em 4 de julho de 2011 a Companhia obteve sentença favorável em 1ª instância para aquelas que estão tramitando na 2ª Vara Cível de Paranaguá, sendo que as demais, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Paranaguá, continuam aguardando julgamento. Os consultores jurídicos da Companhia, em função dessa decisão, passaram a entender como sendo remotas as chances de perda nessas demandas. Em 31 de dezembro de 2012, o valor atualizado das ações classificadas com chances possíveis de perda de R\$ 8.906.

#### (v) Ação Civil Pública do excesso de peso entre eixos

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal, em agosto de 2012, que pretende o ressarcimento de supostos danos causados pela Companhia entre junho/2007 a janeiro/2009 ao patrimônio público, por transportar suas mercadorias com excesso de peso entre eixos em desacordo com a legislação vigente. A ação foi embasada em supostas infrações de trânsito, das quais a Companhia não foi notificada. A ação foi contestada pela Companhia e encontra-se aguardando réplica. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que o processo possui chance possível de perda. Em 31 de dezembro de 2012, o valor atualizado da ação é de R\$ 50.029.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 21. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social é de R\$448.746 e está representado por 48.471.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

#### (b) Reservas de lucros

#### Legal

A reserva legal é constituída, após a absorção de prejuízos acumulados, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei n° 6.404/76, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1° do artigo 182 da Lei n° 6404/76, exceder 30% do capital social.

#### Incentivos fiscais

Em atendimento à legislação do benefício fiscal concedido pelo Estado de Sergipe (Decreto Estadual nº 22.230/03), bem como em atendimento a instrução CVM 555/08, que aprovou o pronunciamento CPC 7 — Subvenção e assistência governamental, a partir de 2008, o benefício passou a ser registrado diretamente no resultado do exercício e, a fim de preservar o benefício fiscal, transferido da conta Lucros acumulados para a rubrica Reserva de lucros — Incentivos fiscais. Essa reserva só pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido pode ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios. Ver comentários adicionais na Nota 21 (d).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 21. Patrimônio líquido--Continuação

#### (c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (deemed cost) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS, em consonância com o CPC 27 – Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

#### (d) <u>Destinação dos resultados e Reservas de lucros</u>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no montante de R\$ 24.275, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 21. Patrimônio líquido--Continuação

# (d) <u>Destinação dos resultados e Reservas de lucros</u>--Continuação

Até 31 de dezembro de 2012, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, poderão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2010	2011	2012	Total
PSDI (1)	65.253	22.208	23.192	110.653
Outros incentivos recebidos	3.131	1.304	1.083	5.518
	68.384	23.512	24.275	116.171

<sup>(1)</sup> Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial do Governo do Estado de Sergipe.

# 22. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valores por ação):

	2012	2011
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(2.466)	63.890
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	48.471	48.471
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	(0,0509)	1,3181

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 22. Resultado por ação--Continuação

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

# 23. Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Contro	ladora
	2012	2011
Vendas brutas de produtos	5.394.722	4.780.752
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas		
canceladas e devoluções das vendas	(26.523)	(21.747)
Impostos sobre as vendas	(60.734)	(54.995)
	5.307.465	4.704.010
Impostos sobre as vendas		

# 24. Custo e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Contro	ladora
	2012	2011
Matérias-primas e materiais de produção	4.542.716	3.859.873
Despesas com transporte	169.946	162.599
Despesas com pessoal (Nota 29)	174.922	153.635
Despesas comerciais	64.563	74.848
Depreciação e amortização	45.056	45.922
Participação nos lucros (Nota 29)	6.526	5.615
Despesas com publicidade	4.502	4.619
Arrendamentos mercantis operacionais (Nota 28)	4.654	2.631
Outros gastos	124.623	110.322
	5.137.508	4.420.064
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	4.749.389	4.044.503
Despesas com vendas	303.589	300.789
Despesas gerais e administrativas	84.530	74.772
•	5.137.508	4.420.064

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 25. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		
	2012	2011	
Benefício fiscal do Estado de Sergipe (i)	23.192	22.590	
Outras, líquidas	11.206	23	
	34.398	22.613	

<sup>(</sup>i) Benefício fiscal do Estado de Sergipe - correspondente à redução de 92% do ICMS apurado na unidade de Rosário do Catete-SE.

# 26. Variação cambial, líquida

	Controladora		
	2012	2011	
Variação cambial ativa	158.589	75.491	
Variação cambial passiva	(268.943)	(252.392)	
	(110.354)	(176.901)	

# 27. Despesas e receitas financeiras

	Controladora	
	2012	2011
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	(67.320)	(35.191)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(74.951)	(83.505)
Despesas com ajustes a valor presente	(90.133)	(75.836)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(35.614)	(31.211)
Variações monetárias passivas	(769)	(287)
	(268.787)	(226.030)
Receitas financeiras Variações monetárias ativas Receitas com ajustes a valor presente Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (Nota 11) Rendimentos sobre aplicações financeiras Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	17.978 53.153 64.630 22.402 11.305	28.494 39.842 98.654 17.454 7.396 191.840

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 28. Operações de arrendamento mercantil

A Companhia arrenda certos ativos, tais como um servidor HP e instalações industriais. Os contratos de arrendamentos operacionais não são canceláveis e possuem um período máximo de 3 anos.

As despesas com arrendamentos operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 4.654 (R\$ 2.631 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e foram registradas na rubrica custos dos produtos vendidos, na demonstração do resultado.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	2012	2011
Menos de um ano	5.064	5.188
Mais de um ano e menos de quatro anos	6.780	5.500
	11.844	10.688

# 29. Benefícios a empregados

As despesas com benefícios a empregados estão demonstradas a seguir:

	Controladora		
	2012	2011	
Ordenados e salários	106.485	94.096	
Custos de previdência social	28.521	25.165	
Benefícios previstos em Lei	13.808	12.553	
Benefícios adicionais	26.108	21.821	
	174.922	153.635	
Participação nos resultados	6.526	5.615	
	181.448	159.250	

#### Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus colaboradores benefícios adicionais com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, tais como: assistência médica, seguro de vida e alimentação. Esses benefícios são registrados como despesas no resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 29. Benefícios a empregados--Continuação

Plano de participação nos lucros ou resultados

A Companhia possui um programa de participação nos lucros ou resultados – PLR, por meio do qual distribui aos seus empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

A Companhia distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Na apuração de saldo a pagar de participação nos lucros ou resultados, tal adiantamento é descontado do montante a que cada empregado tem direito. Em não havendo saldo de participação, o adiantamento não é objeto de desconto. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço. Os valores podem ser contabilizados como custo dos produtos vendidos, despesas com venda ou despesas gerais e administrativas conforme o caso.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve participação complementar dos empregados nos lucros em face da compensação de prejuízos de anos anteriores no exercício. O valor do adiantamento a título de participação dos empregados nos lucros ou resultados em 2012 foi de R\$ 6.526 (R\$ 5.615 em 2011).

Plano de previdência privada

Em 2012, a Companhia implantou um Plano de Previdência Complementar, para seus colaboradores, administrado por empresa externa, conforme detalhado abaixo:

Para os que recebem salário igual ou superior a 1 UR (unidade de referência), cujo valor é de R\$ 4.229,50 (Quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos), a Companhia contribui com 100% dos valores das contribuições realizadas por aqueles com até 9 anos e 11 meses de empresa e com 110% para os demais, limitados a 3% para a faixa salarial até R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais) e a 9% para a diferença entre os R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais) e o salário nominal.

O valor da UR e da faixa salarial são reajustados pelo mesmo índice de correção salarial negociado em convenção coletiva praticada na unidade de Paulínia.

O valor do benefício de aposentadoria dos participantes será calculado considerando os recursos acumulados na provisão matemática com as contribuições do participante e da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 29. Benefícios a empregados--Continuação

Plano de previdência privada - Continuação

A contribuição da Companhia durante o ano de 2012 foi de R\$ 908.

Para os colaboradores com salário inferior a 1 UR, o plano prevê a concessão de benefício mínimo, no ato da aposentadoria, que consiste no pagamento único no valor correspondente a 3 vezes o salário do participante.

A Companhia é responsável pelo pagamento de 100% da contribuição relativa ao benefício mínimo, que será na forma de aporte único, a ser realizado quando o participante completar concomitantemente: i) 60 anos de idade; e ii) 3 anos de vinculo empregatício com a Companhia contados da data de assinatura do contrato, ocorrida em maio/2012. A Companhia não registrou o passivo atuarial nas demonstrações financeiras, pois estima que este passivo seja próximo de zero.

# 30. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "vendor" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap".

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

		2012	
	Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Caixa e equivalentes de caixa	-	469.685	469.685
Contas a receber de clientes	-	641.625	641.625
	<u> </u>	1.111.310	1.111.310

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 30. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

		2012	
	Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	1.231.286	-	1.231.286
Fornecedores Instrumentos financeiros derivativos	24.684	964.020	964.020 24.684
instrumentos imancenos denvativos	1.255.970	964.020	2.219.990
		2011	
	Ativos mensurados ao valor justo		
	através do	Empréstimos e	
	resultado	recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	390.251	390.251
Contas a receber de clientes Investimentos	-	517.670 14	517.670 14
Instrumentos financeiros derivativos	23.669	- 14	23.669
motiumentos intantones denvativos	23.669	907.935	931.604
		2011	
	Passivos mensurados		
	ao valor justo	Outros	
	através do	passivos	
Descives confermed belonce matrix anial	resultado	financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos	1.003.626	_	1.003.626
Fornecedores	-	830.706	830.706
	1.003.626	830.706	1.834.332

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	2012		
	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	469.685	469.685	
Contas a receber de clientes	641.625	641.625	
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	1.231.286	1.231.950	
Fornecedores	964.020	964.020	
Instrumentos financeiros derivativos	24.684	24.684	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 30. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

	2011		
	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	390.251	390.251	
Contas a receber de clientes	517.670	517.670	
Investimentos	14	14	
Instrumentos financeiros derivativos	23.669	23.669	
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	1.003.626	1.005.521	
Fornecedores	830.706	964.020	

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 19 para maiores detalhes.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 11 para maiores detalhes.

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 30. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Ativo avaliado a valor justo

		2011		
	Nível I	Nível II	Nível III	
Instrumentos financeiros derivativos	- -	23.669	-	

Em 31 de dezembro de 2012, não havia outros ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

		2012		
	Nível I	Nível II	Nível III	
Instrumentos financeiros derivativos		24.684	-	

Em 31 de dezembro de 2011, não havia outros passivos avaliados a valor justo.

# 31. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

#### (a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 31. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

# (a) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

#### (b) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 31. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

# (b) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano . O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto		
	financeiro previsto	2012	2011
Importação em andamento (Nota 7)			
US\$ 96.043 mil (US\$ 86.183 mil em 2011)	Até 35 dias	(191.702)	(161.662)
Fornecedores no exterior			
US\$ 453.456 mil (US\$ 417.376 mil em 2011)	Até 348 dias	926.638	794.763
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)			
Financiamentos de importação US\$ 488.636 mil (US\$ 272.875 mil em 2011)	Até 260 dias	998.527	637.584
Demais contas a pagar (receber) líquidas	Att 200 dias	330.321	037.304
US\$ 3.000 mil (US\$ 7.286 mil em 2011)	Até 270 dias	6.143	13.668
		1.739.606	1.284.353
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 11)	4.7.040.11	(4.404.700)	(222 -22)
US\$ 548.832 (US\$ 215.119 mil em 2011)	Até 246 dias	(1.121.538)	(390.727)
Zero em 2012 (US\$ 6.898 em 2011)	Até 132 dias	(4.404.500)	(12.793)
Funcacia a clauda		(1.121.538)	(403.520)
Exposição líquida		618.068	880.833

Devido à relevância das importações de matérias primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 31. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

# (b) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio--Continuação

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2012 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "Hedge".

#### (c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 31. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

# (c) Risco de crédito--Continuação

	2012	2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	391.546	331.265
Baixo risco para médio prazo	74.684	38.760
Baixo risco para curto prazo	3.455	20.226
	469.685	390.251
Ativos financeiros derivativos		
Baixo risco para longo prazo	_	23.669

# (d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender as vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da Companhia, estão consignados na rubrica Contas a receber de clientes e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido a pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 31. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

# (d) Risco de liquidez -- Continuação

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	894.113	153.293	2.910	1.940
Fornecedores	830.706	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos	1.238.112	1.973	2.960	1.973
Fornecedores	964.020	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.684	-	-	-

# (e) Análise de sensibilidade dos intrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial Os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 2,0435 / US\$ e a taxa de CDI de 6,90 % ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2012, que no entender da administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir destas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros Manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 31. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

# (e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de cambiais

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III	
	-25%	-50%	25%	50%	
Cotação do dólar	R\$ 1,5326	R\$ 1,0218	R\$ 2,5544	R\$ 3,0653	
"Hedge" - "Swap"	(280.384)	(560.768)	280.384	560.768	

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de juros

	Impacto	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio liquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III		
	-25%	-50%	25%	50%		
CDI	5,18%	3,45%	8,63%	10,35%		
"Hedge" - "Swap"	(23.137)	(21.641)	(26.063)	(27.494)		

Instrumentos financeiros não derivativos

#### Câmbio

<u>-</u>	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III	
<del>-</del>	-25%	-50%	25%	50%	
Cotação do dólar	R\$ 1,5326	R\$ 1,0218	R\$ 2,5544	R\$ 3,0653	
Fornecedor no exterior, líquido de					
importação em trânsito	182.602	365.204	(182.602)	(365.204)	
Financiamento de importação	249.644	499.288	(249.644)	(499.288)	
Demais contas a pagar	1.536	3.072	(1.536)	(3.072)	
	433.782	867.564	(433.782)	(867.564)	

#### Juros

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário III	Cenário III	
	-25%	-50%	25%	50%	
CDI	5,18%	3,45%	8,63%	10,35%	
Debêntures	(8.216)	(5.472)	(13.688)	(16.416)	

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 31. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

#### (f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2012, este índice ficou em 25,8%. O Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2012 autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2013.

# 32. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 10.000, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 35.607, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$ 4.473.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 32. Cobertura de seguros--Continuação

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração.

# 33. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples – SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 2 unidades misturadoras da Companhia.

Adicionalmente, os principais tomadores de decisão analisam informações correspondentes ao faturamento (receita bruta) por (i) região geográfica, compostas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo estas últimas analisadas como uma região única, (ii) tipos de produtos, segregados entre convencionais, diferenciados e vendas industriais; e (iii) cultura a que se aplicam, separadas em diversas culturas, tendo como principais cana, soja, milho, café, reflorestamento e outras.

Os principais tomadores de decisão analisam o desempenho dos segmentos operacionais com base na demonstração do resultado por segmento e do EBITDA total. As despesas com vendas, gerais e administrativas, não são alocadas aos segmentos, uma vez que o segmento Industrial destina-se a atender as necessidades internas da Companhia, ou seja, os produtos são utilizados pelas misturadoras.

Da mesma forma e por possuir uma administração de caixa centralizada, as receitas e despesas financeiras não são segregadas por segmentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 33. Informações por segmento de negócios--Continuação

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

	2012					
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas Deduções e impostos sobre vendas	<u>-</u>	5.394.722 (87.257)	5.394.722 (87.257)	1.131	4.779.621 (76.742)	4.780.752 (76.742)
Receita líquida de vendas	-	5.307.465	5.307.465	1.131	4.702.879	4.704.010
Custos dos produtos vendidos Lucro (prejuízo) bruto	(27.804) (27.804)	(4.721.585) 585.880	(4.749.389) 558.076	(32.804) (31.673)	(4.011.699) 691.180	(4.044.503) 659.507
Despesas operacionais Despesas financeiras, liquidas			(356.361) (209.673)			(353.323) (211.091)
Lucro (prejuízo) operacional			(7.958)			95.093
Imposto de renda e contribuição social			5.492			(31.203)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			(2.466)			63.890
Depreciação e amortização	11.886	33.170	45.056	12.024	34.284	46.308
EBITDA	(15.918)	262.689	246.771	(19.649)	372.141	352.492

Como antes mencionado, o segmento Industrial destina-se atualmente a atender as necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento Industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Mistura informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento Industrial.

As receitas por região geográfica são demonstradas como segue:

	2012	2011
Sudeste	2.778.912	2.591.696
Centro-Oeste	1.175.304	979.396
Norte-Nordeste	741.343	674.965
Sul	699.163	534.695
Receita bruta de vendas	5.394.722	4.780.752

Além das informações por segmento Industrial e Misturadoras, a administração analisa as receitas por produtos, segregadas entre diferenciados e convencionais, bem como as receitas por cultura, como abaixo demonstrado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 33. Informações por segmento de negócios--Continuação

Tipos de produto	2012	2011
Convencionais	3.287.288	2.984.101
Diferenciados	2.033.160	1.747.587
Venda Industrial	74.274	49.064
Receita bruta de vendas	5.394.722	4.780.752
Cultura	2012	2011
Cana	1.003.204	921.105
Soja	940.674	667.487
Milho	1.040.424	910.800
Café	874.253	880.396
Reflorestamento	339.913	302.605
Outras	1.196.254	1.098.359
Receita bruta de vendas	5.394.722	4.780.752

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	2012				2011	
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques	3.886	848.043	851.929	4.898	657.234	662.132
Imobilizado	97.709	394.356	492.065	109.167	363.351	472.518
Demais ativos		1.716.866	1.716.866		1.458.852	1.458.852
Total dos ativos	101.595	2.959.265	3.060.860	114.065	2.479.437	2.593.502

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise destes saldos por segmento.

Como anteriormente citado na Nota 20, o Ministério Público do Paraná propôs Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. O resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Tais irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Paraná podem ser assim resumidas: (i) suposta irregularidade dos processos de licenciamento ambiental da Unidade Industrial de Fertilizantes; (ii) na intervenção ilegal em Área de Preservação Permanente ("APP") e em área de Mata Atlântica; e (iii) na prática das atividades de acidulação de rocha, granulação, armazenagem e mistura de fertilizantes, que incluem o armazenamento e utilização de produtos perigosos como ácido sulfúrico e enxofre, e indicariam a ocorrência de gravíssimos danos ambientais à flora, à fauna, ao solo e aos recursos hídricos locais, além de significativos transtornos à saúde e qualidade de vida de centenas de moradores vizinhos à fábrica da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 33. Informações por segmento de negócios--Continuação

A administração, contudo, contesta judicialmente as alegações do Ministério Público, entendendo que a implantação de sua unidade industrial ocorreu dentro das normas vigentes e em pleno acordo com as exigências do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se totalmente paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante.

Ressalta-se que a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

Após impetrar os recursos judiciais julgados cabíveis, a administração aguarda a realização da perícia técnica determinada nos autos, através da qual a Companhia pretende comprovar a viabilidade do empreendimento e a liberação de todo o seu parque industrial, ao final.

Além dos recursos judiciais antes citados, a administração preparou e apresentou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") para análise do IAP e do Ministério Público Federal.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior.

A produção anual da unidade de Paranaguá-PR é de cerca de 250 mil toneladas de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas de acido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP, ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias primas de fertilizantes. A cultura de soja é que mais demanda esse fertilizante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 11.886 (R\$ 12.024 em 2011).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

# 34. Informações complementares dos fluxos de caixa

Demonstramos abaixo, transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 que não envolveram desembolsos de caixa e, portanto, tais efeitos foram eliminados na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora e consolidado	
	2012	2011
Transações que não envolvem desembolsos de caixa:		,
Aquisição de ativo imobilizado por meio de utilização de créditos de		
ICMS	13.433	24.682
Aquisição de insumos/embalagens por meio de utilização de créditos		
de ICMS	5.277	-
Aquisição da Maxifértil - parcela a prazo registrada como outras contas		
a pagar	9.736	-
Aquisição da Maxifértil - parcela a prazo registrada como outras contas		
a pagar - Valor presente realizado	(1.096)	-
Aquisição da Maxifértil - ágio	2.897	-